



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 52/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2197/2011 (28 Volumes).

Apenso: Processo nº 1995/2011 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anori.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita do Município de Anori e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI/CI – Informação nº 318/2015 (fls. 5454/5458).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 401/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 5459/5460).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, bem como o voto-destaque proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, no sentido de:

- Recomendar à Câmara Municipal de Anori a **DESAPROVAÇÃO das Contas da Sra. Sansuray Pereira Xavier**, responsável pela Prefeitura Municipal de Anori (exercício de 2010) com fundamento no art. 31 da Constituição Federal e art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 52/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

• Determinar à Câmara Municipal de Anori que, no prazo de 60 dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas, **julgue as contas do Poder Executivo**, de responsabilidade Sra. **Sansuray Pereira Xavier**, em cumprimento ao art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas.

10- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 52/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1-Processo TCE nº 2197/2011 (28 Volumes).

Apenso: Processo nº 1995/2011 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anori.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita do Município de Anori e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI/CI – Informação nº 318/2015 (fls. 5454/5458).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 401/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 5459/5460).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2010.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização para a Instauração da Cobrança Executiva. Determinações. Recomendação à Origem. Notificação à Responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, e de acordo com o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- À unanimidade:

9.1.1 - Julgar Irregular a Prestação da **Sra. Sansuray Pereira Xavier**, responsável pela Prefeitura Municipal de Anori (exercício de 2010), com fulcro no art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 19, II, 22, II e 24 da Lei n.º 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em virtude das seguintes impropriedades:

- Ausência de orçamento detalhado em planilhas (carta-convite n.º 016/2010);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 52/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

- Ausência de justificativas para a celebração das cartas-contratos n.º 001/2010 e 002/2010, as quais visaram à contratação de pessoas físicas para execução de serviços de gramagem, limpeza e lavagem de poços artesianos e caixas d'água por onze meses denotando realização de contratação temporária em desobediência às determinações do art. 37, II e IX, da CF/88;
- Incongruência na numeração das cartas-contratos n.º 001/2010 e 002/2010, as quais visaram à contratação de pessoas físicas para execução de serviços de gramagem, limpeza e lavagem de poços artesianos e caixas d'água;
- Ausência de justificativa para a contratação, mediante Convite, de Nutricionista;
- Não encaminhamento de informações acerca do registro da profissional contratada no Conselho Regional de Nutricionistas;
- As atividades desenvolvidas pela empresa WSA Gráfica e Editora Ltda à época dos fatos não condiz com os objetos dos contratos n.º 46/2010 e 73/2010;
- Descumprimento da regra inserida no art. 22, § 6º, da Lei n.º 8.666/93 durante o desenvolvimento das licitações que deram origem aos contratos n.º 46/2010 e 73/2010;
- Incompatibilidade de informações prestadas no sistema ACP (itens 7 e 8 da notificação n.º 229/2012 – DCAMI – fls. 5375);
- Não encaminhamento do procedimento licitatório responsável pela escolha da Sra. Eny Gleuce M. Frutuoso e documentos pertinentes às despesas realizadas em favor da citada contratada;
- Não apresentação de esclarecimentos (qual era o objeto da contratação, se eram ou não serviços jurídicos, o procedimento licitatório realizado, os critérios para fixação de preços, quais serviços foram prestados, comprovantes de empenho e liquidação) acerca da contratação de Luciana Coimbra da Rocha;
- Não apresentação do procedimento responsável pela contratação da empresa Record Processamento e Contabilidade Ltda);
- Não apresentação da escritura pública, com registro imobiliário e em nome do Município de Anori, do imóvel adquirido de Tibiriçá de Miranda Câmara;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 52/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

- Não apresentação de justificativas acerca das diárias recebidas, o que assegurou à Prefeita uma média de aproximadamente R\$ 7.000,00 mensais a mais durante o exercício em apreço;
- Fragmentação de despesas em relação às seguintes contratações: CC n.º 02/2010 (Aquisição de materiais elétricos), CC n.º 27/2010 (Aquisição de materiais elétricos), CC n.º 07/2010 (Aquisição de combustíveis e derivados do petróleo) e CC n.º 09/2010 (Aquisição de combustíveis e derivados do petróleo);
- Ausência dos processos licitatórios, Dispensas ou Inexigibilidades pertinentes aos empenhos n.º 81, 82, 92, 95, 98, 101 e 152 e fragmentação de despesa relacionada às citadas NE's;
- Ausência de ART da empresa SJ Comércio e Serviços da Construção Ltda (Construção de um Centro Social na Comunidade do Ambé);
- Ausência de ART da empresa FORTHYROCHA quanto à construção de Centros Sociais (Comunidade Paraná do Pão e São Raimundo);
- Inexistência de: termo de recebimento definitivo dos serviços, laudo técnico de fiscalização, planilhas de medição pertinente ao valor de R\$ 32.000,00 e projeto básico contendo cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, planilha orçamentária, projeto arquitetônico e relação das ruas contempladas com os serviços contratados (Execução de Obras de Infraestrutura para o Município – fls. 5324/5325);
- Ausência de planilhas de medição pertinente à segunda (R\$ 24.000,00) e à terceira parcela (R\$ 18.000,00) – fls. 5327/5328;
- Ausência de: projeto geométrico contendo a indicação do local de construção da rampa de acesso, registros fotográficos de execução e conclusão da obra, ART da empresa responsável pelo serviço de implementação da rampa de acesso e termos de recebimento provisório e definitivo descumprindo a Lei n.º 8.666/93 (art. 73, I e II). Planilhas de medição despidas de credibilidade em razão do conteúdo exposto no atestado de execução de fls. 5182 e atestado de execução despido de credibilidade em virtude de seu conteúdo indicar a existência de apenas uma medição quando aparentemente ocorreram três medições (Contrato n.º 080/2010);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 52/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

- Ausência de: ART da empresa AV Guimarães & CIA quanto aos serviços de construção de meio-fio e sarjetas, registros fotográficos dos serviços e projeto geométrico contendo a identificação das vias e respectiva relação nominal por bairro. Apresentação de atestado de execução cujo conteúdo não corresponde à quantidade de planilhas de medição existentes e planilhas de medição sem credibilidade em virtude do conteúdo do mencionado atestado;

9.1.2- Multar a Sra. Sansuray Pereira Xavier:

a) Em R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em razão do não encaminhamento dos relatórios resumidos da execução orçamentária (1º ao 6º bimestre);

b) Em R\$ 25.000,00 (vinte mil reais) com fulcro no art. 308, VI, do RI-TCE/AM c/c art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 em virtude das irregularidades descritas no item 2 desta conclusão;

9.1.3- Conceder prazo de 30 dias à interessada para que comprove, perante este TCE/AM, o recolhimento do valor das multas em favor do erário estadual;

9.1.4- Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores impostos, instauração de **cobrança executiva** conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM;

9.1.5- Determinar:

a) Ao Departamento de Análise de Transferências Voluntárias - DEATV que verifique se os convênios listados pela DICOP em seu Relatório Conclusivo (fls. 5308/5360) já estão em tramitação nesta Corte de Contas para análise por uma das Egrégias Câmaras conforme preconizado pelo art. 15, I, “d”, e V, da Resolução n.º 04/02 - TCE/AM. Caso os convênios de competência deste TCE/AM não tenham sido encaminhados, deverá o nobre DEATV requerer, junto à autoridade competente, o encaminhamento das respectivas prestações de contas;

b) Em atenção à sugestão apresentada pelo douto Ministério Público junto ao TCE/AM às fls. 5403, à Diretoria de Controle Externo de Admissões - DICAD que apure se as admissões dispostas entre os volumes 5 a 11 destes autos já estão sendo analisadas no âmbito deste TCE/AM. Caso as citadas contratações não tenham gerado autos próprios, deverá o respeitável Órgão Técnico providenciar as diligências necessárias à formação do feito pertinente;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 52/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

c) Em atenção à sugestão apresentada pelo douto Ministério Público junto ao TCE/AM às fls. 5403, à Diretoria de Controle Externo de Aposentadoria e Pensões – DICARP que apure se, no exercício de 2010, houve concessão de pensão no âmbito do Município de Anori e se esta já foi encaminhada a este TCE/AM para análise de legalidade por uma das Egrégias Câmaras. Caso o referido benefício tenha sido concedido e não tenha sido encaminhado a esta Corte de Contas, deverá a nobre Diretoria, desde já, solicitar à Prefeitura Municipal de Anori os documentos necessários à apreciação do benefício conforme determina o art. 40, III, da Constituição do Estado;

9.1.6- Sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei;

9.1.7- Recomendar à origem que não atrase o envio do Relatório de Gestão Fiscal conforme determina a LOA-TCE/AM (art. 32, II, “h”) e faça depósito de saldo em caixa em instituição financeira oficial ou não oficial;

9.1.8- Notificar os patronos da Sra. **Sansuray Pereira Xavier** e a Câmara Municipal de Anori acerca do desfecho concedido a estes autos, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

9.2- Por maioria, multar a Sra. **Sansuray Pereira Xavier** em **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em virtude das remessas (janeiro a dezembro de 2010) intempestivas de dados por meio do sistema ACP desobedecendo aos mandamentos contidos na revogada Resolução n.º 07/02 – TCE/AM.

Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela Inaplicabilidade de Multa por atraso do ACP.

10- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

De _____/_____/_____



Proc. N°

Fls. N° _____

ACÓRDÃO Nº 52/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 40192ADE-23A782F0-8F85C150-C1908E2